

DESENVOLVIMENTO E NARRATIVAS DE MODERNIDADE:

Costa Pinto e a construção de uma sociologia transnacional para o terceiro mundo

MATIAS LOPEZⁱ; MATEUS DONATO AMORIM DE ARAUJOⁱⁱ

RESUMO: A vida e obra do sociólogo brasileiro Luiz de Aguiar Costa Pinto é usada aqui para pensar a relação entre produção sociológica e a institucionalização da própria sociologia no contexto histórico do Cone Sul no pós-guerra. Esse contexto é marcado por altíssimo associativismo internacional, em grande parte sob o guarda-chuvas institucional das Nações Unidas, que se dá com foco na problemática do desenvolvimento social e econômico. Novas iniciativas institucionais se deram em um contexto de percepção de crise social, mas também de oportunidades históricas. O modo como atores-chave se relacionam com essas novas condições – enraizadas em um internacionalismo associativo que visava dar respostas para os grandes dilemas do mundo pós-colonial – nos revela variáveis particulares que encontram afinidade com processos gerais. Um caso elucidativo está, justamente, na vida profissional e na obra de Costa Pinto, especificamente em foros internacionais como o CLAPCS, a ISA e a UNESCO, todas instituições construídas dentro do “sistema” ONU.

Palavras-chave: Luiz de Aguiar Costa Pinto, pensamento social latino-americano, cooperação internacional, desenvolvimento.

Abstract: The life and work of Brazilian sociologist Luiz de Aguiar Costa Pinto is arranged here in order to contrast the relations between sociological production and the institutionalization of sociology, in the historical context of post-war Southern America. Such context is characterized by high international associativism, specially under the United Nations institutional umbrella, focusing on the issues of social and economic development. New institutional initiatives took place in a context which was perceived as of social crisis, but also as of historical opportunity. The manner in which key actors relate to those conditions – embedded in an associative internationalism that aimed for answers toward the dilemmas of the post-colonial world – reveals us particular variables among general processes. An elucidative case is the professional life and work of Costa Pinto, especially in international forums as CLAPCS, ISA and UNESCO, all of them part of the UN framework.

KEYWORDS: Luiz de Aguiar Costa Pinto; Latin American social thought; international cooperation; development.

Introdução

O contexto institucional do pós-guerra, para as ciências sociais e para boa

parte da ciência em geral, apresenta esquemas de rotinização da pesquisa e de institucionalização da profissão pautados

também por uma nova agenda para o nascente “terceiro mundo” (BENDIX, 1996). Para entender como a noção de crise social pode funcionar como trampolim para um processo de institucionalização de uma corrente de pensamento e de trabalho científico podemos fazer múltiplos recortes. Em perspectiva histórica, se tomamos em conjunto iniciativas de institucionalização das ciências sociais no Cone Sul em foros transnacionais, nos remeteremos a narrativas específicas de modernidade.

A composição de centros de ensino e pesquisa na área das ciências sociais, abrigados pelo guarda-chuva institucional das Nações Unidas, se deu na América Latina sob uma lógica inerente às narrativas de modernidade que ganharam hegemonia relativa no pós-guerra. O próprio nascimento da ONU, embora não de modo explícito, resulta de um acordo entre Estados nacionais com forte base na noção de crise. A configuração histórica relativa a este tipo de institucionalização permite criar pontes com as bases sociais e cognitivas do próprio processo de modernização, especialmente quando mediada por essa noção de crise.

O incentivo à formação de instituições voltadas para o problema do subdesenvolvimento no terceiro mundo se associa a projetos políticos de modernização que, por sua vez, vinculam-se a narrativas da modernidade (WAGNER, 1994) partilhadas por parte da *intelligentsia* latinoamericana cujas bases nas universidades já permitiam certo grau de rotina institucional e de legitimidade propositiva (LÓPEZ, 2010). Destacam-se o México, o Brasil e, de outro modo, a Argentina. No entanto, eram estes mesmos quadros de profissionais que apontavam, através de seus trabalhos, para a percepção de travas estruturais no processo de desenvolvimento em seus países e no continente. Efeitos colaterais não previstos dos processos de modernização levados a

cabo anteriormente – como a crescente inflação e a migração em massa do campo para as cidades, fruto da industrialização – foram associados à noção de crise, formando a base para processos análogos de coletivização de males antes tidos como particulares (ABRAMS, 1983; DE SWAAN, 1988; HOCHMAN, 1998). A superação da crise se torna um interesse da região *vis a vis* com o mundo em um contexto de disputa global entre projetos de modernização/desenvolvimento, em suma: capitalismo(s) *versus* comunismoⁱⁱⁱ (MOORE, 1993). Nesse contexto o incentivo à intervenção técnica em prol da superação do subdesenvolvimento fazia-se valer como uma política transnacional para os Estados. A noção de planejamento que permeava esses quadros técnicos nascentes é, por si, demonstrativa da opção latinoamericana mais comum no pós-guerra: a preferência por critérios de planejamento via Estado reforçaram, no percurso, a modernização por meio da autoridade estatal instrumentalizada em detrimento da lógica de autonomia de mercado, o que tem efeitos sobre o padrão de interação entre autoridade e cidadania (REIS, 1998). Essa tendência encontrou afinidade com a demanda por instituições que já existia tanto por parte de sociólogos como na economia política. No Chile, a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) funcionaram como novos centros de prestígio para a formação e produção em ciências sociais. No Brasil, formou-se o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), como ramificação irmã da FLACSO voltada exclusivamente para a pesquisa. Todas as três instituições com laços burocráticos com a Organização das Nações Unidas.

Muitos dos atores sociais envolvidos nesse processo estavam ligados a quadros formalizados da *intelligentsia* em

seus países e já tinham forte atuação acadêmica. Este é o caso do sociólogo brasileiro Luiz de Aguiar Costa Pinto^{iv}. O recorte feito em relação à sua vida profissional e suas ideias permite elucidar o modo como esta conjuntura específica deu molde institucional a debates acerca da noção de modernidade. Veremos a produção de Costa Pinto, ainda fincada no contexto da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi, atual IFCS-UFRJ), e o pulo que se dá em dois momentos capitais de estruturação da pesquisa segundo bases institucionais transnacionais. O primeiro está no estudo feito a cargo da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) sobre relações raciais^v. Nele a relação fomento internacional/produção sociológica de dá de cima para baixo, já que os trabalhos (entre os quais o de Costa Pinto), mesmo tendo elevado grau de liberdade, se veem condicionados por um programa elaborado dentro dos quadros mais enraizados no aparato das Nações Unidas. O segundo momento diz respeito à fundação do CLAPCS, presidido por Costa Pinto, onde a relação se inverte. O CLAPCS resulta de uma iniciativa dos próprios profissionais da região, que vislumbravam no guarda-chuvas institucional das Nações Unidas a possibilidade de formalizar foros de prestígio para a produção de ciências sociais. Este movimento se deu de baixo para cima, ou seja, a UNESCO foi procurada para ser patrona da iniciativa. A este quadro na América Latina se agrega a constituição da Associação Internacional de Sociologia (ISA)^{vi}, outro desfecho da expansão institucional das Nações Unidas, a qual Costa Pinto também se filia e onde estabelece fortes relações de trabalho.

Ao fim e ao cabo, o percurso profissional de Costa Pinto funciona como imagem de um processo de internacionalização da Sociologia acadêmica. Neste artigo, pretendemos

expor vida e obra do professor com o intuito de esforçar-nos por enfatizar o caráter transnacional de sua carreira. Costa Pinto foi um dos “fundadores” da sociologia acadêmica brasileira como a conhecemos, mas em um âmbito regional teve também um papel relevante. Foi deliberadamente um ator central em um processo de institucionalização da sociologia no Cone Sul, cujos frutos pedem ainda esforços de análise.

Tanto a carreira no Brasil, voltada em parte importante para a configuração de relações institucionais com a sociologia dos demais países da região, assim como para a execução de investigações de interesse internacional, como o tempo significativo passado efetivamente em instituições acadêmicas no exterior, revelam um lado interessado de Costa Pinto na construção de uma Sociologia transnacional que respondesse a interesses regionais. A postura adotada pelo professor Costa Pinto é a de um sociólogo preocupado com objeto, método e propósito, com a idéia de que fazer ciência é fazer história (VILLAS-BÔAS, 2002). Tentaremos aqui colocar ênfase em dois pontos: a base conceitual própria da qual dá partida e seu trabalho em um âmbito institucional específico em construção, regional e internacional.

Durante a pesquisa, consultamos o Arquivo Costa Pinto situado no NUSC (Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura – IFCS/UFRJ) e principalmente informações contidas em publicações de Costa Pinto, especialmente em notas de pé de página, ricas em dados relativos a publicações e eventos, assim como em documentos obtidos na Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos do IFCS-UFRJ e na Biblioteca Nacional uruguaia (livros e publicações do CLAPCS e documentos administrativos). A separação por localidade e temas não está organizada de modo rigorosamente cronológico, mas para fins de sistematização de dados apresentamos ao final do artigo uma

cronologia geral da carreira e outra referente especificamente à produção bibliográfica. Os quadros apresentados foram elaborados por meio da análise quantitativa relativa a obras, citações e tendências. Os subitens estão propositalmente vinculados às instituições que de algum modo viabilizaram a produção e atuação de Costa Pinto, como modo a abrir caminho para um esquema mais geral relativo à institucionalização da sociologia no terceiro mundo.

I – Breve recapitulação da atuação na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi)

O lugar do acaso no discurso dos cientistas sociais quando falam de si mesmos (em contraste com a lógica estrutural que aplicam a seus objetos de estudo) como referência norteadora de uma análise da própria trajetória (PEIRANO, 1995; BECKER, 2007) aparece também em Costa Pinto. Em entrevista dada a pesquisadores do IFCS, ele conta como decidiu escrever um artigo para a revista “Sociologia” ao vê-la em uma banca de jornal. Segundo ele, sequer sabia da existência da revista, a qual seguiu publicando mais artigos seus a partir de então. Em um plano institucional, a Faculdade Nacional de Filosofia aparece como o farol que ilumina a sociologia acadêmica no Rio de Janeiro a partir dos anos 30. Este lugar central é apresentado por Maria Almeida (ALMEIDA, 1989) como resultado de certa afinidade entre uma elite intelectual e estruturas de poder, interessadas em ações de *state building*. Essa é uma posição compartilhada por Sérgio Miceli (MICELI, 1989), a partir da qual este reivindicará o caráter jurídico político da sociologia na academia carioca.

Costa Pinto chegou ao Rio de Janeiro em 1937 e iniciou a formação universitária em 1938. Na universidade, se envolveu com o movimento estudantil e a juventude comunista, o que o levou a ser

preso por oito meses em 1939. Apesar de ter no marxismo um forte pilar de seu pensamento social, sua militância política não deve ser confundida com sua posição epistemológica na academia. O próprio viria a escrever acerca da diferença entre socialismo e sociologia (PINTO, 1963). Costa Pinto concluiu seu bacharelado em ciências sociais pela FNFi da Universidade do Brasil (atual UFRJ), onde em 1944 completou o doutorado (que então equivalia ao atual mestrado) e em seguida alcançou o título de Doutor Livre docente em Sociologia, em 1947. Assumiu o cargo de professor assistente entre 1944 e 1947 e logo a livre docência. Em 1947 é publicado o livro *Lutas de famílias no Brasil* pela Cia Editora Nacional, resultado de uma investigação já parcialmente publicada em 1943 na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo (ano VII, vol LXXXVIII, jan, fev). A obra teve circulação importante na época de publicação, mas ganhou maior relevância posteriormente.

No livro *Lutas de famílias no Brasil* (1949) aborda uma questão recorrente no pensamento social brasileiro: a família no período colonial. A noção de ambivalência social, de contemporaneidade do não-coetâneo, exprime por um lado uma aversão total a um evolucionismo vulgar (VILLAS-BÔAS, 2006) e por outro uma teoria nova quanto à relação entre passado e presente, publico e privado. Esta é a base para seus postulados sobre mudança social e desenvolvimento, às quais considera de modo distinto, analítica e epistemologicamente, como instâncias irredutíveis uma a outra.

Esta posição é reforçada pela investigação no Recôncavo baiano, a qual resultou na publicação de *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana* em 1958 já pelo CLAPCS (PINTO, 1958). A condução da investigação foi compartilhada com Herbert Blumer da Universidade de Columbia e tomou como pontos-chave as relações de trabalho e as

formas de propriedade (latifúndio) com a explícita intenção de nortear os trabalhos visando possibilidade de ação do Estado na região.

Foi nestes dois trabalhos que Costa Pinto apresentou a noção de Marginalidade Estrutural, negando a figura do brasileiro como agente portador dos males sociais e afirmando o caráter estrutural do estancamento econômico. A convivência de instâncias tidas como atrasadas com a modernidade, exprimida ali pela atuação do Estado com a chegada da atividade extratora de petróleo na região, aparece para Costa Pinto como uma realidade dinâmica em si mesma, parte de um processo de transformação que pede pela ação objetiva de forças racionalizantes capazes de empreender o desenvolvimento social, tal como o concebe.

O lugar que Costa Pinto dá ao sociólogo neste processo de transformação ganha corpo completo no artigo “Sociologia e mudança social”, publicado na Revista Sociologia (vol. VII nº 4, São Paulo, 1946), revisado e publicado posteriormente no livro *Sociologia e desenvolvimento* (PINTO, 1963). Sua posição diferia da de Florestan Fernandes, segundo a qual aos sociólogos cabe a tarefa de geral conhecimento científico acerca do meio social, a partir do qual terceiros podem elaborar políticas de intervenção, e também de Guerreiro Ramos, preocupado com a elaboração de uma teoria feita sob medida para a problemática brasileira, avesso à importação de idéias do estrangeiro. A publicação do artigo está relacionada a uma conferência prestada por Costa Pinto no salão nobre da antiga FNF_i a convite de Arthur Ramos. O artigo provocou reações enérgicas, tanto em favor como contra sua tese central.

O problema da objetividade face à crise social configurava a segunda crise: como estavam os cientistas encarando esta realidade? Costa Pinto propõe lançar sobre a sociologia um olhar retrospectivo, pois

“ela também é produto social e histórico em capítulo agitado e belíssimo da história do pensamento” (PINTO, 1978). A sociologia é encarada por Costa Pinto como instrumento de conhecimento e transformação da realidade. Diz ele:

A busca por objetividade (...) foi por muito tempo entendida como um esforço para repelir do seu campo [científico] os valores, para criar uma ciência não valorativa, e com isso, na prática só faziam recusar os valores que surgiam e defender a permanência dos valores que morriam, que passavam a funcionar como se fossem constantes, perfeitos e imutáveis, estereótipos que, na realidade, e não apenas na cabeça dos sociólogos, agem como forças intelectuais de conservadorismo social. (PINTO, 1978)

A ênfase que Costa Pinto deu a questões de metodologia freqüentemente recaía em críticas duras ao culturalismo e diretamente sobre a antropologia. Ele se esforçou igualmente em combater o que considera pensamentos utópicos. A competição entre sociologia e socialismo aparece como resultado desse embate. Costa Pinto foi fiel defensor da sociologia, mas não de qualquer uma. Sua pretensão foi a de “integrar o conhecimento à realidade” (PINTO, 1978).

Estas bases para a ação são partiram dos debates próprios FNF_i, que estavam de fato voltados para uma Sociologia do desenvolvimento. Esta postura, como veremos, não condiciona a rotina intelectual a uma agenda política. Os espaços acadêmicos construídos a partir da defesa dessa primazia do sociólogo no processo de desenvolvimento se voltaram para a pesquisa científica, sem desvios, e de modo paralelo à dinâmica da Sociologia como ciência, no mundo do pós-guerra.

II - O CLAPCS (ou “centro”)

O Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), com sede no Rio de Janeiro, aparece nos anos 50 como plataforma institucional para o desenvolvimento de uma sociologia voltada para a região e seus dilemas, com forte base na crescente teorização relativa ao desenvolvimento social. No Brasil, essa corrente ganha força na década de 50, onde o país parecia querer redimir-se de seu passado e vislumbrava um ideário de futuro (BOTELHO, 2008). Existem versões diversas acerca do que verdadeiramente foi o CLAPCS. O centro não foi de início, *strictus sensu*, um órgão da UNESCO, ao menos juridicamente. Foi fundado por decreto presidencial de Juscelino Kubitschek (decreto nº 41.657 de 6 de julho de 1957). Entretanto, foi financiado parcialmente pela UNESCO e parcialmente por governos latino-americanos, que em início resumiam-se ao brasileiro. Outro fato concreto é que foi proposto por seus fundadores como instituição irmã da FLACSO. Ambas as instituições surgiram de uma iniciativa tomada na *Segunda Conferência Regional de Ciências Sociais na América Latina*, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1957. Costa Pinto foi o primeiro a exercer a função de presidente do CLAPCS e manteve, após o mandato, um intenso vínculo institucional com o “Centro”, como era chamado.

Em outubro de 1959 o Centro patrocinou o seminário internacional sobre “Resistências à mudança e fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”, com sessenta participantes vindos de vinte países, das três Américas e da Europa. Foram encomendados *papers* à Florestan Fernandes, Gino Germani, C. Wright Mills, Jaques Lambert, Jean Labbens, Alfred Metraux entre outros, todos direcionados para a questão do desenvolvimento sócio-econômico no terceiro mundo. Os resultados do seminário foram publicados

no livro “Resistências à mudança” (CLAPCS, 1960). Na introdução do volume, Costa Pinto torna explícita a intenção de organizar institucionalmente a sociologia em prol de uma intervenção no processo desenvolvimento social, para guinar-lo aos melhores caminhos. A noção de travas para o desenvolvimento é hegemônica no contexto da publicação. O como supera-las é a grande questão do seminário. A resposta de Costa Pinto é: Inventando instituições que possam instrumentalizar esse tipo de conhecimento. Diz ele:

A tarefa consiste (...) tendo em vista a ausência de precedentes de organizações internacionais desse tipo, em inventar formas e fórmulas de cooperação científica regional (PINTO, 1960)

A noção de *invenção* elucidada bem o espírito em que foi constituído o Centro, como plataforma forjada pelas ferramentas disponíveis a especialistas que careciam, em boa medida, de órgãos para exercer sua especialidade e que, por sua vez, se encontravam frente a uma comoção coletiva com relação às questões da modernização. A visibilidade cada vez maior das conseqüências negativas desse processo e da reminiscência de males antigos dava a cientistas sociais a legitimidade para requerer, nos fóruns mais apropriados, a estrutura para desenvolver suas atividades. A natureza transnacional do processo de modernização e a percepção de padrões e relações universais de causalidade fizeram dos organismos internacionais um foro privilegiado para este tipo de discussão e de ação. Mas, além disso, o Centro nos revela certo espírito de época com relação à intenção prática de estabelecer laços acadêmicos transnacionais que funcionassem como suporte estrutural para a Sociologia fincada em propósito e corpo no continente.

O CLAPCS também publicava a revista *América Latina*, que serviu de suporte para a divulgação de investigações de todo o continente em sociologia e antropologia. Publicaram pelo Centro também Roque de Barros Laraia, Roberto DaMatta, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, entre outros cientistas sociais brasileiros. O CLAPCS também patrocinou investigações de forte envergadura e publicou-as. Nas palavras do próprio professor Costa Pinto: “Eu publiquei mais de vinte livros com o Centro” (PINTO, entrevista 1989).

Um dos grandes esforços no Centro foi de promover investigações acerca do tema estratificação e mobilidade social. Fizeram parte da pesquisa as cidades do Rio de Janeiro, Buenos Aires, Santiago e Montevideu. A maior parte do material gerado nessas investigações é de difícil rastreamento. No ano de 1958 teve lugar o I Seminário Latino-Americano sobre estratificação e mobilidade social em cooperação com a Universidade de Buenos Aires. Em 1959 teve lugar o seminário sobre resistências e obstáculos à mudança social dirigido por Costa Pinto. Este era um interesse anterior de Costa Pinto, que no ano de 1956 já havia apresentado em Amsterdã o trabalho *Social stratification in Brazil: a general survey of some recent changes* no *Transactions of the Third World Congress of Sociology*.

O Centro representou uma intenção verdadeira de institucionalizar a pesquisa do modo como o próprio Costa Pinto concebia, voltada para a ação histórica. Em contrapartida, os demais membros estavam preocupados com a institucionalização de um campo científico próprio da sociologia em seus respectivos países, por um lado, e com a questão do desenvolvimento social, por outro. Gino Germani é tido como o grande agente rotinizador da sociologia científica na Argentina (BLANCO, 2005), do mesmo modo que Ganón e Solari no Uruguai,

embora as situações difiram de modo a terem desembocado em resultados para nada análogos (LÓPEZ, 2009). O centro teve atividade intensa, mas seus resultados bibliográficos ainda restantes são escassos e esparsos, sem arquivo próprio, o que dificulta a reunião de dados sistemáticos a cerca deste.

Existia também, ao menos em parte, certa afinidade quanto às referências bibliográficas utilizadas. Costa Pinto citava autores que a maior parte de seus colegas de trabalho também citavam, especialmente os demais sociólogos latino-americanos com os quais conviveu, mas sob ótica praticamente oposta. Cita Sorokin, assim como o fazem Gino Germani, Isaac Ganón e Aldo Solari, mas pintando-o como exemplo de “demagogo”, da “incapacidade de se abstrair dos valores consagrados por nossa *money maker society*” (PINTO, 1978). Daí vê uma crítica dura, novamente, à ideia de afastamento valorativo, cujo resultado seria a “apresentação do *status quo* como maneira de ser ‘normal’ da sociedade seus desajustes como ‘patológicos’” (PINTO, 1978). Outros autores em comum são: Augusto Comte, Karl Marx, Wright Mills, Spencer, Le Play, Engels, entre outros.

Em 1959 Costa Pinto fez parte do sub-comitê de estratificação e mobilidade social da International Sociological Association (ISA), onde foram apresentados os resultados das investigações levadas a cabo pelo centro (PINTO, 1978). Em 1964, ano do golpe militar brasileiro, Costa Pinto estava de regresso ao Brasil de uma temporada na Califórnia, onde trabalhou na universidade de Berkeley. Temendo ser preso novamente, manteve-se no exterior, mesmo com uma cátedra à sua espera na FNFfi, a qual Victor Nunes Leal insistia que ocupasse e sob a qual manteve zelo, através de uma duradoura licença.

Em 1975, o CLAPCS estava sufocado, findou suas atividades; assolado por dívidas vendeu sua prestigiosa

biblioteca para reciclagem de papel e borrou-se da memória das ciências sociais. Sua instituição análoga, a FLACSO, seguiu em funcionamento itinerante, fugindo a sucessivos golpes, primeiro no Chile, sede original, e depois na Argentina.

Após o golpe de estado no Chile foi transferida para Buenos Aires e, com o segundo golpe na Argentina, foi para o México. Tanto o CLAPCS como a FLACSO tinham a mesma estrutura, que não era uma estrutura física e sim interpessoal, o que facilitava o “deslocamento”. O Centro não foi adiante.

III - O Projeto UNESCO (relações raciais)

Ainda na década de 1950, Costa Pinto participou da explorada investigação a cargo da UNESCO sobre relações raciais. Este trabalho é de importância capital em sua trajetória pessoal e na própria história das ciências sociais no Brasil, dando um incentivo de dentro do “sistema” ONU para fora. Trata-se de uma perspectiva da *vida associativa* das raças na sociedade brasileira, interesse produzido a partir da inserção da questão étnica no segundo pós-guerra. O projeto se desenvolve no Brasil com uma posição metodológica de rejeição à adequação a modelos estrangeiros ou mesmo de uma classificação superficial feita a partir de um simples contraponto a uma outra realidade. Os casos americano, francês e sul-africano significam, para Costa Pinto, *paradigmas do que evitar*, já alertando sobre a falta de legitimidade de posições tomadas a partir deste ponto (PINTO, 1998).

O relatório de Costa Pinto está dividido em duas partes, a primeira dá conta de uma conjuntura social alcançada através de uma análise histórica e estatística e a segunda, partindo desta visão clara, dedica-se à socialização própria de pretos e pardos dentro de um processo de mudança social. Esta conjuntura de mudança está demarcada por uma noção macroestrutural

da sociedade brasileira. Trata-se de uma noção materialista por um lado, o que não significa, em absoluto, que as relações de raças estejam subordinadas ao processo produtivo de forma direta e mecânica. Inscrito em uma corrente marxista de pensamento, Costa Pinto consegue extrair dessa relação dos agentes seu lugar no processo produtivo e sua raça, um quadro de interconexões entre produção e situação de classe, por um lado, assim como mentalização e cultura, por outro.

Em vez de consagrar a realidade social brasileira como relativa a uma estratificação em função de classes (ligadas ao modo de produção) ou em função de valores, Costa Pinto demonstrará que relações entre pretos, pardos e brancos no Brasil se dão como síntese de múltiplas determinações onde cabem estas duas noções, porém em níveis distintos. Podemos dizer que em um nível micro, onde temos os agentes individualmente considerados, observou-se como guia fundamental do comportamento com relação a raças um sentido mentalizado que parte de um complexo de valores morais. Estes valores configuram um sistema de classificação que não diz respeito unicamente à nova realidade produtiva, mas também, e talvez essencialmente, a um passado próximo. Este livro foi o estopim de um atrito entre Costa Pinto e Guerreiro Ramos, que o acusou de desprezar o papel de grupos associativos tais como o Teatro Experimental do Negro.

IV - Internacionalismo: uma tendência?

A inserção da Unesco como motivadora de estruturas transnacionais de apoio a pesquisa sobre desenvolvimento social e econômico marca a carreira internacional do professor Costa Pinto. Grande parte de sua vida profissional se dá dentro do “sistema” ONU, onde a sociologia do desenvolvimento reforça seu viés internacional teórico e prático. Costa Pinto esteve ligado à sociologia de outros países desde o início de sua carreira. Em

1944 publica seu primeiro livro em língua estrangeira, *Problemes démographiques contemporains*, em colaboração com Jacques Lambert. Era próximo também de Donald Pierson: chegou a desejar estudar na Universidade de Chicago, de onde nunca obteve o título de Doutor por ter tido o visto de entrada nos EUA negado, em vésperas da defesa. Em 1958, publica o artigo *Economic development, social change and population in Brazil* em colaboração com W. Bazzanella. Com o CLAPCS e mesmo depois, publicou em língua espanhola diversos artigos e sete livros, editados na Argentina, no México e na Colômbia. O gráfico abaixo é bastante elucidativo da volatilidade quanto à origem dos trabalhos publicados de Costa Pinto. Poderíamos ainda contabilizar as conferências e aulas ministradas fora do Brasil, que foram muitas e estão fora desse quadro.

esses anos, ainda poderíamos dizer que a atividade profissional do professor Costa Pinto extrapola os limites da sociologia brasileira. As publicações em espanhol predominam no período entre 1961 e 1970, onde o autor se empenhou na construção do CLAPCS e no debate regional. No decênios 1970-1980 e 1980-1990, todas as suas publicações são em espanhol, inglês ou francês, o que não se justificaria somente pela sua saída do Brasil, visto que poderia simplesmente não ter produzido ao sair da FNFⁱ (Como não produziu Florestan Fernandes ao sair do Brasil, por exemplo). E mais, é deliberada a ação do sociólogo em função de rotinizar e institucionalizar foros transnacionais de competência acadêmica, mas que sirvam, simultaneamente, como ferramenta de transformação de realidades específicas, mais claramente o terceiro mundo ou mundo subdesenvolvido. Trata-se de uma relação complexa, pois tampouco se perde de vista a grande teoria, formulada essencialmente nos chamados países centrais, o que configura uma postura contrária à de Guerreiro Ramos, por exemplo.

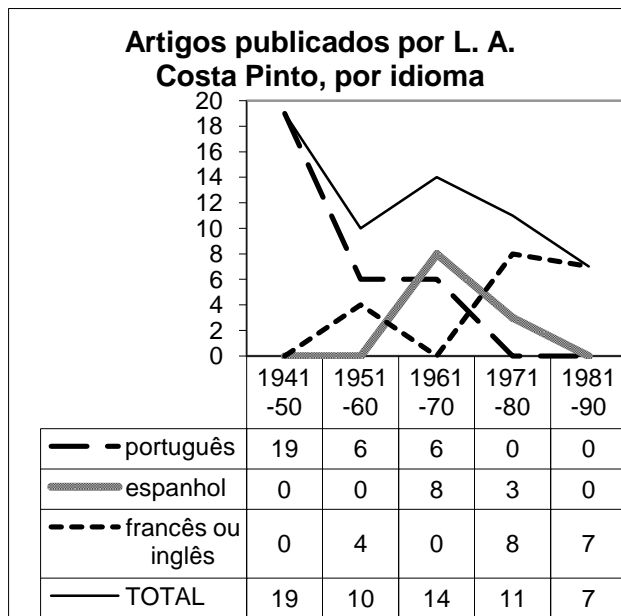


Gráfico I: produção de L.A. Costa Pinto segundo idioma de publicação

As publicações em inglês e francês são numerosas, fruto especialmente das duas últimas décadas de carreira, em que trabalhou quase exclusivamente no Canadá. Porém, mesmo se desconsiderássemos

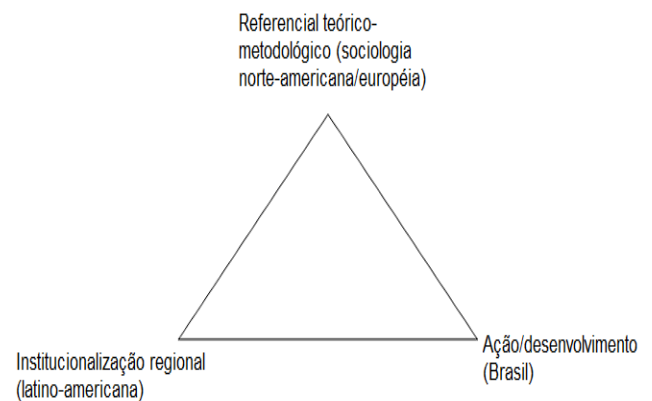


Gráfico II: relação entre teoria, institucionalização e objetivo de ação para o desenvolvimento.

É difícil medir o sucesso desta empreitada, assim como o nível de afinidade com a intenção de seus interlocutores, especialmente no cone Sul.

O CLAPCS encarnou esse espírito, não há dúvida, mas seu desaparecimento e a pouca relevância que lhe é atribuída (mesmo se indevida) demonstram também que a solidez desse esquema pode ser questionada. Por outro lado a FLACSO continuou, e não é menos certo que outros cientistas sociais que uma vez estiveram no Centro continuaram suas atividades em linhas de pesquisa semelhantes. A tendência, em si mesma, à rotinização da sociologia via instituições internacionais, sob o guarda-chuva das Nações Unidas, mostra relações de solidariedade específicas que se repetem em outros campos científicos (sanitarismo, economia, meteorologia, etc).

Os golpes de Estado sucessivos no continente ofereceram condições objetivas para a desestruturação deste trabalho, mas não pode recair sobre este aspecto a única via explicativa; é bem mais circunstancial. Simultaneamente houve instituições que ganharam corpo durante o regime militar no Brasil. Além disso, uma vez findadas as ditaduras no continente, cada país apareceu à luz da democracia com uma conjuntura acadêmica diferente. No Brasil, a ciência social nunca parou; já o Uruguai, por exemplo, teve o seu Instituto de Ciências Sociais fechado antes de cumprir sequer uma década (DE SIERRA, 2002) e, restabelecida a democracia, retomou em ponto morto sua sociologia oficial, às custas de quadros formados em centros privados ou no exterior.

Conclusão

A noção da trajetória de uma vida como refém da contingência estabelece uma relação de interdependência entre eventos (BECKER, 2007), da qual sobressai o caráter de moeda e matriz do próprio indivíduo em relação à sociedade (ELIAS, 2006). A empreitada intelectual de Luiz de Aguiar Costa Pinto está ligada à formação de quadros institucionais e a uma agenda brasileira e latino-americana para o estudo do desenvolvimento. Esta

perspectiva perdeu-se com o declínio desse “paradigma regional” concomitante a processos próprios de fortalecimento ou declínio das instituições propriamente nacionais. É possível dizer que este empreendimento mostra afinidade com processos gerais relativos à noção de crise derivada de efeitos colaterais oriundos dos projetos de modernização. Mas também da perspectiva de oportunidades de desenvolvimento, o que levou a uma ação centrada na idéia de planejamento. Quais seriam então os portadores do planejamento/desenvolvimento? Essa era uma pergunta sem resposta, marcada por uma disputa entre técnicos, políticos e logo militares.

Do ponto de vista macro-histórico, é possível fazer uso dos modelos analíticos que relacionem ambas narrativas da modernidade e os projetos de modernização (WAGNER, 1994), com processos de institucionalização/coletivização, *vis a vis* à percepção de efeitos não desejados e não esperados da modernização (DE SWAAN, 1988). A afinidade entre a teoria social desenvolvida em diferentes âmbitos acadêmicos do continente e a ação recíproca no intuito de formar instituições de caráter transnacional, incentivadas por governos e por organismos internacionais, deram corpo a certo espírito e sentido de comunidade na sociologia dos anos 50 e 60. Este, por sua vez, levou a um tipo específico de institucionalização que hora se mostra bem sucedido, hora não. É esta sensação de haver ali um processo resultante de afinidades eletivas que nos remonta ao lugar da contingência na formação de quadros institucionais e na trajetória de seus membros e portadores intelectuais.

Não há uma origem comum explícita entre a institucionalização das ciências sociais nos distintos países do continente; entretanto, podemos ver uma afinidade de pautas que foi otimizada pela

ação dos agentes envolvidos e pelas possibilidades institucionais do pós-guerra. Entre eles o próprio Costa Pinto ganha destaque, não apenas por ter acumulado condições relativas à produção deste campo que lhe permitiram exercer este papel, mas também por certa convicção com relação à qual o modelo institucional a se buscar, com a perspectiva de levar a cabo uma mudança provocada (VILLAS-BOAS, 2006). No mesmo sentido, a tendência histórica no Brasil de então, e em outros países do Cone Sul, de dar preferência aos critérios de autoridade política frente aos foros do mercado e da cidadania deu amplo respaldo a noção de planejamento (REIS, 1998), criando novas possibilidades associativas e institucionalizantes. Essa institucionalização foi em parte patrocinada pelo que chamamos aqui de “sistema ONU”. Mas a própria acentuação do planejamento como atribuição da esfera de autoridade retirou legitimidade de grande parte de seus portadores iniciais com a emergência de regimes amplamente autoritários.

Por isso mesmo, essa configuração se viu, especialmente nos anos 70, igualmente contraposta por novos eventos (aumento da tensão social, golpes de Estado, conseqüente migração dos cientistas para âmbitos institucionais afastados, etc.) que marcam o declínio de algumas dessas empreitadas, levando consigo instituições como o CLAPCS e atrofiando outras como o IFCS. Do mesmo modo a nova configuração fortalece novas pautas e instituições; tal é o caso da antropologia brasileira (CORREA, 1995). Por meio da idéia de configuração como certo tipo de foro unificador entre ação e estrutura, indivíduo e sociedade (ELIAS, 2006) ou como equivalente à idéia de intercontingência (BECKER, 2007), temos para nós que a trajetória intelectual de Costa Pinto apresenta tanto um ponto de chegada para as ambições do campo em

seu tempo como um ponto de partida para a formação de novos quadros e novas pautas.

ACERVOS CONSULTADOS
BIBLIOTECA MARINA SÃO PAULO
DE VASCONCELLOS IFCS-UFRJ
NUSC/UFRJ. Arquivo Costa Pinto. Rio de Janeiro, UFRJ
SALA URUGUAY de la Biblioteca
Nacional, Montevideo, BN

Referências Bibliográficas:

ABRAMS, P. **Historical sociology**. New York: Cornell University Press 1983

ALMEIDA, M. H.T. **Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro**. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil volume 1**, São Paulo: Vértice / Editora Revista dos Tribunais / IDESP. 1989

BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania** São Paulo: Edusp 1996

BECKER, H. S. 2007. **Coincidência** In: **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 50-58.

BLANCO, A. La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeros congresos. In **Sociologias** no.14 Porto Alegre July/Dec. 2005

BOTELHO, A. **Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia** In BOTELHO,A.; BASTOS, E.R. e VILLAS-BOAS, G.K. **O moderno em Questão** Rio de Janeiro: Top Books 2008

CORREA, M. 1995. **A Antropologia No Brasil (1960-1980)**. In: MICELI, Sérgio. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil volume 2**. São Paulo: Sumaré/Fapesp, v. 2.

DE SIERRA, G. **La sociologia moderna**

en el Uruguay y su profesionalización in TRINDADE, H. (org) **As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada** Porto Alegre: Ed. UFRGS 2005

DE SWAAN, A. **In care of the Sate** Oxford: Oxford University Press, 1988

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006 **HOCHMAN, G.** A era do Saneamento São Paulo Editora Hucitec 1998

LÓPEZ, M. Ideologia e Utopia no Chile. **Caderno de Pesq. Interdisciplinares. em Ciências Humanas,** Florianópolis, v.11, n.98, p. 462-480, jan/jun. 2010

_____ **A Periferia da Periferia: a institucionalização da sociologia no Uruguai no âmbito da antiga Faculdade de Direito e Ciências Sociais nos anos 50 e 60** apresentação de trabalho II Jornada de Ciências Sociais da UFRJ, anais. Rio de Janeiro: 2009

MICELI, S. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964). **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 2, n. 5, 1987.

MOORE JR, B. **Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World.** Boston: Beacon Press, 1993

PEIRANO, Mariza. **Artimanhas do acaso.** In: **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro: Relume Dumara. 1995.

PINTO, L. A. C. **Lutas de família no Brasil.** São Paulo: Cia Editora Nacional. 1980

_____. **O Negro no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ 1998

_____. **Resistências à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: CLAPCS. 1960

_____. **Sociologia e desenvolvimento** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1963

REIS, E. P. **O Estado nacional como ideologia.** In REIS, E. P. **Processos e Escolhas, Estudos de Sociologia Política.** Rio de Janeiro: ContraCapa, 1998.

VILLAS-BÔAS, G. K. **Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro.** Rio de Janeiro: Ed. FGV 2006

_____ e MAIO, Marcos C. (org) **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto.** Porto Alegre: Ed. UFRGS 1999

WAGNER, P. **A sociology of modernity.** New York: Routledge, 1994

ⁱ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (IFCS/UFRJ). Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED/UFRJ).

ⁱⁱ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (IFCS/UFRJ).

ⁱⁱⁱ A análise da gênese de modelos políticos e suas bases econômicas levam B. Moore Jr.a distinguir três vias revolucionárias: a) Aliança entre democracia e capitalismo. b) a imposição do modelo de cima para baixo (fascismo) c) derrocamento da ordem pela revolta no campo (a comunista). As escolhas pelo desenvolvimento com o mercado, via mercado ou sem o mercado também resultam bastante elucidativas das disputas políticas na América Latina com relação aos rumos do processo de industrialização, tanto em casos de expansão (Brasil e Venezuela, por exemplo), como de estagnação (Uruguai e Argentina) e da solução da questão agrária, em países como o Brasil, o Chile e o México.

^{iv} Luiz de Aguiar Costa Pinto nasceu em Salvador, Bahia, em 6 de fevereiro de 1920, descendente de tradicional família baiana, neto de um político importante (Joaquim da Costa Pinto, senador estadual na Bahia) e filho de José de Aguiar Costa Pinto, médico, professor universitário e deputado estadual, através do qual teve contato com intelectuais como Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira e Artur Ramos. Estudou no Ginásio São Salvador, onde foi orador da turma. Com o falecimento do pai em 1936, perdeu o grande incentivador para seguir a carreira de medicina, voltando suas atenções para os problemas sociais.

^v Outros sociólogos de prestígio fizeram parte da pesquisa em São Paulo, notadamente Oracy Nogueira, Florestan Ferandes e Roger Bastide.

^{vi} A ISA foi fundada em 1949 como ramificação da UNESCO. Ela própria se tornou a base para novas associações nacionais de sociólogos, como a Sociedade Brasileira de Sociologia em 1950